



**SINOSSERRA FINANCEIRA S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Em 30 de junho de 2020

**Balanço Patrimonial
Demonstração de Resultado
Demonstração do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Notas Explicativas
Relatório de Auditoria Independente**

As demonstrações do período foram divulgadas em 31/08/2020 no endereço eletrônico <http://sinosserrafinanceira.com.br/demonstracoes-conglomeradas/>

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

Guilherme Zugno Reis
Diretor Responsável pela Contabilidade

Katia Cristina Reichert de Andrade
Contadora CRC-RS: 085035/O

Demonstrações Financeiras Conglomerado

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Novo Hamburgo - RS

30 de junho de 2020

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Novo Hamburgo – RS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2020)

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Com vistas à execução dos trabalhos referentes à auditoria independente voltada ao exame das demonstrações contábeis dessa Instituição Financeira, relativas ao exercício encerrado em 30 de junho de 2020.

Os trabalhos foram realizados segundo os padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

O presente relatório divide-se em:

- I - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
- II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS**
- III - OBSERVÂNCIA DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES E APERFEIÇOAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS**

I- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da
SINOSSERRA FINANCEIRA S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Novo Hamburgo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Sinosserra – Conglomerado Prudencial** que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial da Sinosserra Financeira S/A - CFI, em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação às instituições, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulga:

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Grupo para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Em atenção à Nota Explicativa 27 às Demonstrações Contábeis, ratifica-se que o COVID-19 apresenta potencial impacto futuro, como evento subsequente, ora não requerendo ajuste, em atendimento à NBC TA 560 (R1), Pronunciamento 24 do CPC-Comitê de Pronunciamentos Contábeis (com correlação ao IAS 10 -International Accounting Standards). Nossa opinião não contém ressalva, pois não foi requerido ajuste nas Demonstrações Contábeis ora auditadas.

Outros Assuntos

A Sinosserra Financeira S/A – CFI, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao período findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Conforme Nota Explicativa nº 2, a empresa Sinosserra Administradora de Consórcios Ltda., foi auditada por outros auditores independentes, sobre o qual foi emitido relatório de auditoria, em 31 de agosto de 2020, sem modificações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração das Instituições é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade das instituições continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar as instituições ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança das instituições são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Grupo, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das instituições.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional das instituições. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar as instituições a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 31 de agosto de 2020.

Vicente Michelon
CRC-RS 052.365

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRCRS 4.626

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Novo Hamburgo – RS

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MIL**ATIVO**

	NE	30/06/2020	30/06/2019
CIRCULANTE		82.324	45.851
Caixa e Bancos	4	650	157
Títulos e Valores Mobiliários	5	33.710	12.740
Serviços Prestados a Receber		113	69
Operações de Crédito	6	43.679	29.773
Adiantamento e Antecipações Salariais		74	48
Impostos a Recuperar	7	500	560
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	8	548	561
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	9	628	903
Devedores Diversos – País		96	64
Despesas Antecipadas		324	132
Diversos		2.002	844
Não Circulante		92.891	67.008
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	8	2.530	3.194
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	9	6.499	6.491
Operações de Crédito	6	51.920	28.912
Impostos Diferidos a Compensar		214	195
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	10	8.835	9.348
Títulos e Valores Mobiliários	5	0	0
Aplicações em Quotas de Consórcios	11	200	200
Empréstimos a Grupos	12	17.125	13.736
Devedores por Depósito em Garantia		510	117
Investimentos em Imóveis		4.603	4.520
Imobilizado em Uso	13	426	260
Intangível	13	29	35
Total do Ativo		175.215	112.859

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Novo Hamburgo – RS

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MIL**PASSIVO**

	NE	30/06/2020	30/06/2019
CIRCULANTE		92.755	39.534
Recursos de aceites cambiais e depósitos a prazo		55.296	2.916
Fiscais e Previdenciárias	14	2.558	1.616
Provisão para Pagamentos a Efetuar		239	138
Provisão para Férias c/Encargos		233	259
Credores Diversos – País		2.409	2.949
Recursos a Devolver a Consorciados	15	30.494	31.212
Provisão p/Contingências Trabalhistas	16	630	444
Diversos		896	
NÃO CIRCULANTE		57.185	48.936
Provisão s/Lucro Diferido		229	
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	17	8.835	9.348
Recursos de aceites de cambias		21.564	23.285
Receitas de exercícios futuros		105	205
Recursos de aceites cambiais e depósitos a prazo		25.912	15.076
Fiscais e Previdenciárias		540	1.022
PATRIMONIO LIQUIDO		25.275	24.388
Capital Social		13.000	13.000
Reserva de Capital		510	510
Reservas de Lucros	18	11.877	10.878
Ações em Tesouraria		(112)	-
Total do Passivo		175.215	112.858

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 Novo Hamburgo – RS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS - R\$ MIL

	NE	2020	2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.183	5.217
RENDAS OPERAÇÕES DE CREDITO		6.850	4.643
RESULTADO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	19	333	342
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3.282)	(1.946)
OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO		(2.212)	(1.420)
PROVISÃO PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		(1.070)	(526)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.901	3.039
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(1.471)	(1.198)
RECEITA COM ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO	20	8.920	8.620
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO		1.186	775
DESPESAS DE PESSOAL	21	(1.943)	(1.947)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	21	(7.563)	(7.807)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	23	(1.668)	(1.790)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		854	2026
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(1.062)	(632)
DESPESAS FINANCEIRAS	22	(146)	(308)
RESULTADO EXTRAORDINÁRIO		(49)	(135)
RESULTADO OPERACIONAL		2.430	1.841
RESULTADO OPERACIONAL		77	(5)
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		77	(5)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		2.507	1.836
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	24	(309)	(456)
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24	(162)	(278)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO		(3)	(2)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO		(3)	(2)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.033	1.100
LUCRO POR AÇÃO		0,37	0,20

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 Novo Hamburgo – RS
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO - R\$ MIL

	01/01/2020	01/01/2019
	a	A
	30/06/2020	30/06/2019
Fluxo das Atividades Operacionais	(1.561)	1.174
Resultado Líquido do Exercício	2.033	1.100
Ajustes ao Resultado:		
Resultado de exercícios futuros	(45)	(29)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	656	315
Resultado Abrangente	-	3.137
Despesas de Depreciação e Amortização	32	27
Baixas Investimentos	-	264
Provisão para Contingências Trabalhistas	81	18
Impostos Diferidos a Compensar	2	1
Provisão para Impostos Diferidos	(17)	(15)
 Variações no Ativo Circulante		
Títulos e Valores Mobiliários	(22.328)	1.862
Operções de Crédito	(12.692)	(15.245)
Serviços Prestados a Receber	(38)	(59)
Adiantamento e Antecipações Salariais	(10)	(13)
Impostos a Recuperar	51	450
Devedores p/ Compras de Bens	37	(19)
Devedores p/Compras Participações	89	(8)
Devedores Diversos – País	(42)	50
Despesas Antecipadas	(30)	(33)
Outros Créditos	(602)	(840)
 Variações no Passivo Circulante		
Aumento em Recursos de aceites cambiais	33.744	12.469
Fiscais e Previdenciárias	625	222
Provisão para Pagamentos a Efetuar	84	6
Provisão Férias e 13º Salário	124	189
Credores Diversos – País	(144)	385
Recursos a Devolver a Consorciados	(396)	(1.497)
Redução/(Aumento) Outras Obrigações	(868)	674
 Variações no Ativo Não Circulante		
Devedores p/ Compra de Bens	412	172
Devedores p/Compras Participações	(175)	219
Empréstimos a Grupos	(1.989)	(2.542)
Devedores por Depósito em Garantia	(43)	(3)
 Variações no Passivo Não Circulante		
Fiscais e Previdenciárias	(112)	(83)
 Fluxo das Atividades de Investimento	900	1.659
Títulos e Valores Mobiliários	1.163	1671
Investimentos em Imóveis	(46)	-
Aquisição de Imobilizado	(217)	(12)
 Fluxo das Atividades de Financiamento	(944)	(1.621)
Aquisição de Ações Próprias	(112)	-
Dividendos Propostos/Pagar	(832)	(263)
Dividendos Suplementares	-	(1.000)

Juros sobre Patrimônio	-	(358)
Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.605)	1.212
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.605)	1.212
No Início do Exercício	8.874	8.567
No Final do Exercício	7.269	9.779

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 Novo Hamburgo – RS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO - R\$ MIL

	Capital Social	Reserva Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva Legal	Aumento de Capital	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Lucros Retidos	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
Saldo em 31/12/2018	13.000	736	-	1013	771	230	5.729	-	-	21.509
Reversão Reserva de Lucros Retidos									1.000	1.000
Pagto Dividendos Suplementares									(1.000)	(1.000)
Resultado do Período							(1.000)		1.100	100
Juros sobre Capital Próprio									(358)	(358)
Resultado Abrangente									3.137	3.137
Reserva de Lucros Retidos							3.395		(3.395)	-
Saldo em 30/06/2019	13.000	510	-	1013	771	230	8.154	-	484	24.388
Saldo em 31/12/2019	13.000	510	-	1.082	771	230	7.760	-	-	23.353
Reversão Reserva de Lucros Retidos										
Resultado do Período							2.033		(2.033)	-
Reserva de Lucros Retidos									2.033	2.033
Aquisição de Ações Próprias								(112)		(112)
Saldo em 30/06/2020	13.000	510	-	1.082	771	230	9.793	(112)	-	25.274

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

SINOSSERRA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Novo Hamburgo – RS

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
CONGLOMERADO PRUDENCIAL
ENCERRADAS EM 30 DE JUNHO DE 2020 (EM R\$ MIL)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Sinosserra (“Conglomerado Financeiro Sinosserra”) opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de crédito e administração de consórcio para aquisição de bens.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONGLOMERADAS

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e premissas estabelecidas com base em julgamento. Estas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresas	Atividades	Domicílio	Controladas	Participação conglomerado - % (direta e indireta)
Sinosserra Administradora de Consórcios Ltda	Administradora de Consórcios	Brasil	-	100%
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Operações de crédito, financiamento e investimento	Brasil	-	100%

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais das Empresas do Grupo.

Empresas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Sinosserra Administradora de Consórcio	58.958	44.896	14.062	612
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento	125.641	114.428	11.213	1.421
Ajustes e Eliminações	9.384	9.384		219
Demonstrações Financeiras Conglomeradas	175.215	149.940	25.275	1.814

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial prevê a eliminação de saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeira.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. Essas operações estão classificadas no realizável a longo prazo.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente.

g) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

g.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

g.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

h) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio de a utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 13, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

k) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 15% nas financeiras e 9% nas não financeiras.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES

São representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

	<u>30/jun/20</u>	<u>30/jun/19</u>
Caixa	7	2
Bradesco	526	152
Banrisul	98	3
Itaú	19	-
Total	<u>650</u>	<u>157</u>

NOTA 5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão classificadas conforme disposição abaixo:

	<u>30/jun/20</u>	<u>30/jun/19</u>
Cotas fundo investimento	33.710	12.740
Títulos de Renda Fixa	-	-
Total	<u>33.710</u>	<u>12.740</u>

NOTA 6 - CRÉDITOS E TÍTULOS A RECEBER

A composição da carteira de operações de crédito e a provisão por nível de risco está demonstrado a seguir:

Nível de risco	30/jun/2020			30/jun/2019	
	% Provisão	Saldo Carteira	Prov. (-)	Saldo Carteira	Prov. (-)
A	0,50%	82.693	(413)	52.480	(262)
B	1,00%	10.810	(108)	5.321	(53)
C	3,00%	1.587	(48)	787	(24)
D	10,00%	553	(55)	153	(15)
E	30,00%	474	(142)	228	(68)
F	50,00%	282	(141)	181	(91)
G	70,00%	357	(250)	162	(114)
H	100,00%	865	(865)	331	(331)
Total		<u>97.621</u>	<u>(2.022)</u>	<u>59.643</u>	<u>(958)</u>

As operações de crédito são compostas por empréstimos nas modalidades crédito pessoal e crédito consignado, e por financiamentos nas modalidades de CDC e Vendor.

	<u>30/jun/2020</u>	<u>30/jun/2019</u>
Circulante	43.679	29.773
Realizável a Longo Prazo	51.920	28.912
Total	<u>95.599</u>	<u>58.685</u>

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

	<u>30/jun/2020</u>	<u>% da carteira</u>	<u>30/jun/2019</u>	<u>% da carteira</u>
10 Maiores Clientes	1.498	1,53%	1.310	2,20%
50 Maiores Clientes	3.681	3,77%	3.047	5,11%
100 Maiores Clientes	3.669	3,76%	3.055	5,12%
Demais Clientes	88.773	90,94%	52.231	87,57%
	<u>97.621</u>		<u>59.643</u>	

NOTA 7 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Abaixo seguem impostos a recuperar registrado nessa rubrica.

<u>Impostos a Recuperar</u>	<u>30/jun/20</u>	<u>30/jun/19</u>
Impostos diferidos a compensar	371	196
Saldo negativo exercícios anteriores	129	364
Total Impostos a recuperar	<u>500</u>	<u>560</u>

NOTA 8 - DEVEDORES P/ COMPRA DE BENS

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber na Sinosserra Administradora de Consórcios Ltda, referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M.

NOTA 9 - DEVEDORES P/ COMPRA DE PARTICIPAÇÕES

Nesta rubrica estão registrados os seguintes valores a receber na Sinosserra Administradora de Consórcios: venda da participação na empresa Therreno participações Ltda em junho de 2016 a empresa Themar Participações Ltda no valor de R\$ 5.607; e a venda a controladora de ações em tesouraria em 12/2016 no valor de R\$ 1.520.

NOTA 10 - RECURSOS AJUIZADOS GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta "Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante".

NOTA 11 - APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 12 - EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 13 - IMOBILIZADO E INTAGÍVEL

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens. A composição do imobilizado na data do Balanço bem como as depreciações encontram-se demonstradas a seguir:

a) Imobilizado

	Saldo Inicial	Aquisições	Outros	Saldo final	Depreciação	Saldo residual	Saldo residual
	31/dez/19		Movimentos	30/jun/20	Acumulada	30/jun/20	30/jun/19
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0
Prédios e Benfeitorias	14	15	0	29	9	20	35
Veículos	85	195	0	280	6	274	89
Computadores e Periféricos	100	0	0	100	0	100	19
Móveis e Utensílios	55	0	1	54	22	32	117
Total Imobilizado	254	210	1	463	37	426	260

b) Intangível

	Taxa	Saldo Inicial	Aquisições	Outros	Saldo final	Depreciação	Saldo residual	Saldo residual
	Depreciação	31/dez/19		Movimentos	30/jun/20	Acumulada	30/jun/20	30/jun/19
Marcas e Patentes	10,00%	7	0	0	7	1	6	7
Direito de Uso e Proc de Dados	20%	0	7	0	7	0	7	0
Direito de Uso de Software	20%	60	0	0	60	44	16	28
Total Intangível		67	7	0	74	45	29	35

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS E RPROVISÕES DIVERSAS

Abaixo seguem obrigações a pagar:

Obrigações Sociais e Fiscais	30/jun/2020	30/jun/2019
Imposto de renda retido na fonte	96	22
IRPJ/CSLL a recolher	1.068	867
Retenções e contribuições	9	52
INSS a recolher	236	72
ISS a recolher	101	86
FGTS a recolher	79	21
PIS e COFINS a recolher	744	200
Obrigações com salários	223	296
IOF	2	
Total Obrigações Sociais e Fiscais	2.558	1.616

NOTA 15 – RECURSOS A DEVOLVER CONSORCIADOS

Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.

NOTA 16 - PROVISÕES TÉCNICAS E TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 17 - OBRIGAÇÕES AJUIZADAS GRUPOS ENCERRADOS

As obrigações ajuizadas são valores registrados na empresa Sinosserra Administradora de Consórcios e referem-se a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) CAPITAL SOCIAL**

A Sinosserra Financeira S/A – CFI, tem seu capital totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 8.500 mil ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sinosserra Administradora de Consórcios Ltda. – Tem seu capital totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 4.500 mil ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) RESERVAS DE LUCROS

A Reserva de Lucros é composta da forma abaixo:

	30/jun/20	30/jun/19
Reserva legal	1.082	1.013
Reservas estatutárias	10.794	9.155
Reserva para aumento de capital social	771	771
Reserva para amortização de prejuízos	230	230
Reserva para Lucros Retidos	9.793	8.154

NOTA 19 - RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Sinosserra CFI		Sinosserra Consórcios	
	30/jun/20	30/jun/19	30/jun/20	30/jun/19
Titulos de renda Fixa				
Fundos de Investimento	248	98	85	244
	248	98	85	244

NOTA 20 - RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A empresa Sinosserra Administradora de Consórcios tem por objeto a administração de grupos de consórcios, reunião de pessoas em grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, com a finalidade de propiciar aos seus integrantes, a aquisição de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento. A Receita de Prestação de Serviços auferida pela empresa é a remuneração pela administração mencionada acima.

NOTA 21 - DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

Despesas Operacionais e Administrativas	30/jun/20	30/jun/19
Despesas Fixas	42	358
Despesas Semi-fixas	5.375	5.148
Despesa com pessoal	1.943	1.947
Despesas Variáveis	2.146	2.301
Total Despesas Operacionais e Administrativas	9.506	9.754

NOTA 22 - DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	30/jun/20	30/jun/19
Juros e despesas financeiras	59	147
Variação monetária	87	161
Total Despesas Financeiras	146	308

NOTA 23 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Despesas Tributárias	30/jun/20	30/jun/19
PIS/COFINS	1.134	1.285
Impostos Municipais	505	470
Outros Impostos	29	35
Total Despesas Tributárias	1.668	1.790

NOTA 24 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e contribuição social são compostos conforme segue:

IRPJ e CSLL	30/jun/20	30/jun/19
IRPJ	309	456
CSLL	162	278
Total do IRPJ e CSLL	471	734

NOTA 25 - LIMITE OPERACIONAL (Acordo de Basiléia)

O gerenciamento de capital compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo conglomerado prudencial, a avaliação da necessidade de capital face aos riscos e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das Instituições do conglomerado.

No exercício findo em 30 de junho de 2020, o conglomerado se encontrava enquadrado no Limite de Basileia estabelecido na Resolução CMN nº 4.193, de 1/3/2013 e legislação complementar do Banco Central do Brasil.

NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, as Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, enquadradas no segmento S4 devem possuir estrutura para gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital.

O parágrafo 2º do artigo 2º da respectiva Resolução define que a estrutura deve ser unificada para as instituições integrantes do mesmo conglomerado prudencial, desta forma, a estrutura abrange a avaliação e gerenciamento de riscos da Sinosserra Financeira S.A. SCFI e da Sinosserra Administradora de Consórcios Ltda.

A descrição das estratégias de gerenciamento de riscos e da atuação da Diretoria, de modo a permitir o claro entendimento da relação entre o apetite por riscos e as suas principais atividades e riscos relevantes constam no relatório disponível no site da Sinosserra Financeira: <https://sinosserrafinanceira.com.br/gestao-de-riscos/>

NOTA 27 – COVID - 19

A rápida e repentina propagação da epidemia do Coronavírus (Covid-19) está causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a empresa está sujeita, aguarda-se do governo, medidas Econômico Fiscais que visem assegurar o cumprimento e sequencia de seus objetivos Sociais e Estatutários, (e no pressuposto de sua continuidade operacional).

Rafael da Silva Reis
Diretor Presidente

Luis Alberto Jacobus
Diretor Comercial

Guilherme Zugno Reis
Diretor de Controladoria

André Jacobus Berlitz
Diretor Financeiro

Kátia Reichert de Andrade
Contadora

**III- OBSERVÂNCIA DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES E APERFEIÇOAMENTO DOS
CONTROLES INTERNOS**

OBSERVÂNCIA DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES E APERFEIÇOAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

No que se refere a observância das normas legais e regulamentares bem como recomendações para o aperfeiçoamento dos controles internos da instituição, nada de relevante foi detectado que merecesse qualquer tipo de menção ou comentário.

Porto Alegre, 31 de agosto de 2020.

Vicente Michelin
CRC-RS 052.365

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRCRS 4.626